

ALERTA ANTINUCLEAR: EXPROPRIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS, QUESTÃO AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL

ANTI-NUCLEAR ALERT: CONTEMPORARY EXPROPRIATIONS, ENVIRONMENTAL ISSUES AND SOCIAL SERVICE

Iara Vanessa Fraga de Santana*
Universidade Estadual do Ceará

Resumo

As reflexões a seguir buscam viabilizar o processo de organização e enfrentamento de territórios que estão na rota da mineração de urânio e fosfato no sertão do Ceará. Na esteira do capital rentista, financeirizado, apresenta dimensões das expropriações contemporâneas, demarcando a estratégia de superexploração dos bens comuns da natureza, sendo a questão ambiental uma das suas principais consequências. Trata-se ainda da sistematização das formas de organização popular, no período de quase duas décadas, através da Articulação Antinuclear do Ceará, frente à resistência a um megaprojeto mineiro-industrial. Concluímos com algumas sinalizações referentes às possibilidades de interlocução do Serviço Social nas respostas às expressões da questão ambiental e na articulação com formas de organização popular coletiva. Consideramos, por fim, que essa realidade está inserida no contexto de agudização das mudanças climáticas e na estratégia de articulação com os movimentos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Mineração. Expropriações Contemporâneas. Questão Ambiental. Serviço Social. Organização Popular.

Abstract

The following reflections seek to shed light on the process of organizing and confronting territories that are on the route of uranium and phosphate mining in the hinterland of Ceará. In the wake of rentier, financialized capital, it presents the dimensions of contemporary expropriation, demarcating the strategy of overexploitation of nature's common goods, with the environmental issue being one of its main consequences. It also systematizes the forms of popular organization over a period of almost two decades, through the Ceará Antinuclear Articulation, in the face of resistance to a mining-industrial megaproject. We conclude with some indications of the possibilities for Social Work to engage with the expressions of the environmental issue and with forms of collective popular organization. Finally, we consider that this reality is part of the context of worsening climate change and the strategy of articulation with social movements.

KEYWORDS: Mining. Contemporary Expropriations. Environmental issues. Social Service. Popular Organization.

Introdução

Não é de agora que essa forma de produção da vida através da exploração do trabalho não pago, apresenta ciclos de crise. A necessidade de crescimento exponencial do lucro, desde os cercamentos e o surgimento das primeiras fábricas, alcançando a era da reestruturação produtiva, indica, conforme Foladori (2016) que as crises são constitutivas dessa era moderna que se estruturou a partir do modo de produção capitalista. Passados seis

séculos¹, a atual fase de desenvolvimento capitalista apresenta estratégias que nos levam a graves contradições. Dentre essas, que comprovam os limites dessa forma de produção e reprodução da vida, está a exploração infinita da natureza (HARVEY, 2016)

Alinhada aos planos para saída de mais uma crise do capital nos anos de 1970, as medidas neoliberais vão movimentar a reestruturação produtiva com alterações no mundo do trabalho que estruturam as condições da classe trabalhadora hoje. É nesse período também que teremos o fortalecimento da chamada “revolução verde” no contexto pós-guerra, aumento da fome e a justificativa de iniciativas dos Estados Unidos para introdução de tecnologias para produção agrícola. A industrialização da agricultura e os investimentos em mecanização, transgenia e químicos - defensivos, fertilizantes - para produção baseada em monoculturas. Sobre isso, Carson (2010) conta as primeiras consequências dessa chamada “revolução verde”, que foi uma “primavera silenciosa”.

Também, não por acaso, é neste período que os investimentos estadunidenses e alemão aumentam nas missões nucleares, ainda imersos no contexto de guerras mundiais. O programa nuclear brasileiro foi iniciado no período ditatorial do país, em 1965. Neste ano, o país assinou um acordo com a empresa estadunidense Westinghouse para construir seu primeiro reator nuclear em Angra dos Reis. Em 1976, o Estado brasileiro realizou um novo acordo, desta vez, com a Alemanha, para a construção de oito novos reatores e uma usina para o enriquecimento do urânio.

A primeira exploração de urânio no Brasil aconteceu entre os anos de 1981 e 1995, em Poços de Caldas, Minas Gerais, quando boa parte do enriquecimento do urânio explorado na mina era feito na França. Com o esgotamento dessa mina, o programa nuclear brasileiro foi retomado nos anos 2000, quando entrou em operação a lavra da jazida de urânio em Caetité, município que dista cerca de 750 km da capital do Estado da Bahia (DESCHA, 2011).

A Jazida Itataia também foi descoberta no contexto da década de 1970, entre os municípios de Santa Quitéria e Itatira, sertão central cearense, pela Empresas Nucleares Brasileiras S/A (Nuclebrás). Cornwall (2013) apresenta relatos da população da região que viveu no período de abertura das galerias para pesquisas nucleares na jazida. Contam do clarão visto no céu, decorrentes das explosões ainda na década de 1950/1960.

As primeiras movimentações para minerar a jazida, aconteceram no início dos anos 2000. Naquela época, sob a justificativa de que o urânio era residual, as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), que substituiu a extinta Nuclebrás, buscou obter as licenças ambientais através da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE). Porém não havia nada

¹ Estamos considerando o período de transição da era feudal, para a Idade Moderna, nos marcos do século XV para o XVI, particularmente no período de expansão mercantil com a colonização dos povos do sul das Américas e de África.

de “urânio residual” e, a partir das movimentações de comunidades e de parlamentares, em 2005, o Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma Ação Civil Pública contra esse processo. Isso resultou na suspensão desse pedido de licenciamento e obrigou que o empreendimento fosse licenciado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pois de acordo com as legislações ambientais² a exploração desse minério - urânio, representa interesse da União.

Em 2009 a INB assinou o contrato de Consórcio Santa Quitéria (CSQ) com a empresa Galvani Fertilizantes e em 2011 iniciam uma nova tentativa de obtenção das licenças, mas agora via IBAMA. À época nós estávamos na graduação em Serviço Social e, através do Grupo de Resistência Ambiental por Outra (s) Sociabilidade (s) (GRÃOS³), recebemos o convite da Profa. Raquel Rigotto, coordenadora do Núcleo Trabalho, Ambiente e Saúde (TRAMAS⁴) para nos aproximar dessa realidade.

No ano anterior a Cáritas Diocesana de Sobral/Ceará apresentou à Universidade Federal do Ceará (UFC) demandas relacionadas aos riscos oferecidos por esse Consórcio. Buscando responder a essa demanda e comprometidas com o direito de saber, pesquisadoras do Núcleo Tramas criaram, no Programa de Pós-graduação em Saúde Pública/UFC, a disciplina Tópicos Avançados em Saúde do Trabalhador e Saúde Ambiental, a qual participamos entre os anos de 2010 e 2011. Foi também nesse contexto que junto à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e com o Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra (MST) que foi criada a Articulação Antinuclear do Ceará, realizando no ano seguinte a I Jornada Antinuclear do Ceará.

Assim, as partilhas feitas neste trabalho resultam dessa caminhada coletiva que, a partir de um problema real, ameaçador da vida humana e dos demais seres vivos, passamos a nos aproximar dos estudos sobre a questão ambiental, a mineração e o Serviço Social. Foi também nesse caminho, que realizamos as pesquisas da Especialização/Residência Agrária em Direitos Sociais do Campo, bem como de mestrado⁵ e fomos construindo incidência com as comunidades e movimentos sociais no enfrentamento ao CSQ.

² Lei n.º 6.938-1981 (Política Nacional do Meio Ambiente); o Artigo 3º da Resolução 001-1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e o Artigo 4º, IV, da Resolução 237-1997- CONAMA.

³ O GRÃOS foi um coletivo ambientalista, formado inicialmente por estudantes do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE) que realizou estudos sobre a questão ambiental e o Serviço Social, bem como construiu diversas incidências junto aos movimentos sociais do campo, indígenas e das periferias de Fortaleza. Esse coletivo depois foi se ampliando com a inserção de estudantes de outras áreas e existiu entre os anos de 2008 e 2012.

⁴ O Núcleo Tramas, vinculado ao Curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC) tem uma longa trajetória de construção da ciência em articulação com as demandas de organizações populares e movimentos sociais, bem como da construção compartilhada de conhecimento, dando voz e valorizando os saberes também dos territórios.

⁵ Disponível em: [content \(unesp.br\)](https://content.unesp.br) Acesso em: 17 de outubro de 2024.

O diálogo interdisciplinar e o exercício contínuo da valorização e reconhecimento da diversidade de saberes nos levaram à pesquisa participante que se compromete com a construção de uma ciência que mira a transformação das realidades vividas e a partir delas. Entendemos aqui a pesquisa como um processo educativo para a pesquisadora, bem como para os(as) sujeitos(as) da pesquisa a partir dos seus territórios. Essa forma de fazer pesquisa tem origem nos países latino-americanos que questionam a ciência que produz trabalhos que empilham bibliotecas ou são engavetados. Essa, por sua vez, compreende que a ciência deve responder às complexas demandas da realidade do povo, por meio de um processo que é também educativo. (BRANDÃO, 1984). A construção desse conhecimento dialogado com os acúmulos de camponeses, de indígenas, pescadores (as), quilombolas, povo de terreiro em diálogo com os estudos acadêmicos foram responsáveis pela elaboração de incidências políticas, jurídicas e de comunicação com a sociedade cearense, através da AACE.

Passados treze anos, continuamos, na condição de pesquisadora e assistente social contribuindo com articulações políticas e mobilização popular, na construção do protocolo de consulta livre, prévia e informada do Movimento Indígena Potigatpauia, por exemplo.

Expropriações contemporâneas e questão ambiental

Os estudos em torno do saqueamento dos bens comuns⁶, em especial das águas, dos ares e da terra para a acumulação capitalista, assim como a expulsão de grupos de trabalhadores(as) dos seus territórios para dar lugar a megaprojeto, está presente, na nossa trajetória de pesquisa, atuação profissional e política. São formas históricas de expropriações que modificam o trabalho, a vida e a natureza de territórios. Essas caminhadas atestam que, apesar de vivermos na fase madura do capitalismo, cuja financeirização e o rentismo são o seu carro-chefe, permanecem práticas que foram estratégicas na acumulação primitiva do capital. Porém, sabemos que na contemporaneidade, ganham particularidades.

Identificadas, em linhas gerais, as movimentações da sociabilidade capitalista, particularmente suas crises cíclicas e as reações das corporações e dos Estados, a fim de superá-las, consideramos fundamental compreender as particularidades desse modo de produção no Brasil. Dessa forma, recordamos as importantes contribuições de Galeano (1983) ao desvelar as veias de rios e de sangue abertas na América Latina em decorrência do processo de colonização. Essa que, por sua vez, tinha como finalidade primeira servir à expansão da metrópole que transitava da Idade Média feudal para a Idade Moderna comercial. Essa transição que revolucionou a História, estruturou-se fundamentalmente em razão da acumulação primitiva de capital.

⁶ Utilizaremos a categoria “bens comuns” reivindicada pelos povos andinos (ACOSTA, 2016).

Essa importante descoberta é de Marx (2013): “[...] uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas é seu ponto de partida” (p. 514). Ao serem separados(as) dos meios de produção, das condições para realização do seu trabalho, cria-se a relação capitalista de acumulação. Porém essa é chamada de primitiva “[...] porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (p. 514).

A história das expropriações é marcada por momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas (MARX, 2013, p. 516).

Inicialmente na Europa, com os cercamentos e a expulsão violenta das populações camponesas. Depois, as metrópoles iniciam as navegações em busca de novas matérias primas. A invasão das Américas com a escravização e extermínio das populações originárias retirou sangue e suor, por trezentos anos, neste Brasil, deixando estruturas ainda presentes na contemporaneidade. Diz Marx (2013) “[...] a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva” (p. 533). É impossível compreender a formação social e econômica brasileira, sem identificar seus constitutivos coloniais, patriarcais, racistas e escravocratas, organizados para atender as necessidades expansivas comerciais daqueles países que serão centros da economia mundial.

A exploração do trabalho e da natureza foi fundamental na conformação da economia colonial brasileira e permanece sendo na contemporaneidade. Fontes (2010) retoma as elaborações de Marx e sua afirmativa de que para acumulação capitalista há “sempre sucessivas expropriações”. Suas elaborações afirmam que as expropriações, inclusive as contemporâneas, permanecem sendo condição social para plena expansão capitalista, “(...) realizadas de maneiras, ritmos e graus diversos, acoplando formas de produção diversificadas sob o controle do capital, ainda que à custa de uma enorme brutalidade social, política e cultural” (FONTES, 2010, p. 71).

Há uma tendência de os processos de expropriação alcançarem a vida em sua totalidade, além da terra e do território (natureza fundiária), os bens de uso comum, a partir das relações de trabalho e acumulação de capital nestes tempos. As expropriações contemporâneas incidem também sobre persistências culturais, tradições, sobre conquistas sociais (direito à saúde, à educação, por exemplo, crescentemente privatizados) e sobre elementos naturais, cuja mercantilização resulta de uma massiva expropriação, como as

águas ou patentes sobre elementos genéticos (ou mesmo sobre formas de vida (FONTES, 2006 apud SANTANA, 2023)).

Considerando o projeto neoliberal instituído pelos países de economia central, buscando a superação de mais uma crise do capital, alguns autores chamam as expropriações contemporâneas de “novos cercamentos” (GALAFASSI, 2012). Está na agenda dos Estados, o avanço sobre a exploração dos bens comuns da natureza, desde o período pós-guerra. As missões nucleares, a revolução verde são exemplos disso e, mais recentemente o novo *boom* da mineração e a chamada transição energética, vem sendo responsável pela desterritorialização de comunidades.

É nesta base de análise que encontramos os fundamentos da questão ambiental. Essa contradição entre capital e trabalho, só é possível porque tem a exploração da natureza como principal mediação para a produção de mercadorias. “Uma das formas que o capital encontrou para manter o crescimento exponencial foram as transformações radicais da natureza, na forma, no estilo e no volume do consumo final (ajudado, é claro, pelo aumento populacional). (HARVEY, 2016, p. 218)

Porém, essa “destruição criativa da terra”, (Harvey, 2011), apesar de as empresas capitalistas serem ilimitadas na intensidade e no tempo de superexploração dos bens comuns naturais, a história está nos mostrando o contrário. Os limites da natureza são, por sua vez, os limites do próprio capital e da continuidade da humanidade no planeta. As mudanças climáticas são expressões objetivas dessa realidade. Sobre isso Kopenawa (2015) alerta e pede:

Gostaria que os brancos parassem de pensar que nossa floresta é morta e que ela foi posta lá à toa. Quero fazê-los escutar a voa dos xapiri, que ali brincam sem parar, dançando sobre seus espelhos resplandecentes. Quem sabe assim queiram defendê-la conosco? Quero também que os filhos e filhas deles entendam nossas palavras e fiquem amigos dos nossos, para que não cresçam na ignorância. Porque se a floresta for completamente devastada, nunca mais vai nascer outra. (p. 65)

Serviço Social e a articulação com movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais

Foram e são os países de economia periférica formados por uma diversidade de biomas que permanecem sendo o principal alvo da ganância capitalista. É fundamental destacarmos que essa natureza ainda existe porque é protegida por povos indígenas e diversas comunidades tradicionais. As formas de apropriação da natureza por esses povos são radicalmente diferentes de como as empresas capitalistas o fazem. De acordo com uma pesquisa recente realizada pelo Instituto Socioambiental (ISA) e pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas (CONAQ), os territórios quilombolas são fundamentais para a conservação ambiental.

Os TQs apresentam 3,4 milhões de hectares de vegetação nativa, que corresponde a 0,6% da vegetação nativa no Brasil. Até 2022, a perda cumulativa de vegetação nativa em todos os

territórios quilombolas com limites oficialmente reconhecidos foi de 4,7% (MapBiomias, 2023). Dentre as categorias fundiárias, os TQs estão entre as áreas mais conservadas no Brasil, com cerca de 240 mil hectares desmatados entre 1985 a 2022. (Oviedo; Lima; Sousa, 2024, p.2)

A maior usina hidrelétrica do Brasil, só está sendo possível existir porque secularmente os povos indígenas e ribeirinhos estabeleceram trocas radicalmente diferenciadas com a bacia do Xingu.

Essa relação entre ser humano e natureza foi fundamental para a compreensão do trabalho numa perspectiva ontológica. “A natureza é o corpo inorgânico do homem, que dizer, a natureza enquanto não é o corpo humano. O homem vive da natureza, isto é, a natureza é o seu corpo, e ele precisa manter um diálogo contínuo com ele se não quiser morrer”. (Marx apud Foster, 2005, p.107) Só foi possível a forma de ser humana, porque existiram as formas de ser anteriores - seres inorgânicos e orgânicos (Lessa, 2009). Nós somos o resultado de milhares de anos de ruptura e continuidades, saltos ontológicos, cuja origem é da natureza, portanto necessariamente nossa existência está condicionada a existência dessas formas anteriores.

As formas de apropriação da natureza feita por povos indígenas e comunidades tradicionais expressam enfrentamentos diretos ao capital e a esse quadro das mudanças climáticas. Em sua grande maioria, esses povos transformam a natureza para sobreviver, não para transformar em mercadorias lucrativas. A existência dos biomas brasileiros resulta dessas formas ancestrais de troca desses grupos étnicos raciais, com os bens comuns da natureza realizados nos seus territórios.

No sertão cearense não é diferente o bioma caatinga (ou kaatinga, que na tradução do tupi, significa mata branca) permanece ofertando riqueza naturais. Populações camponesas, agricultores(as) familiares, pescadores (as), indígenas, quilombolas estabelecem formas de apropriação diferenciada do capital. A grande maioria dessas populações não trata a natureza como recurso, trata como um ser vivo fundamental para a garantia da sobrevivência humana.

Na região onde está situada a jazida de itataia (palavra que é também de origem indígena que significa pedra de fogo) existem espécies de mamíferos, de peixes e de flora que só ocorrem nessa região, de acordo com o Parecer Técnico do Painel Acadêmico Popular (2022)⁷. Recentemente foi identificado um novo cacto, Tacinga-mirim, ameaçado de extinção. (MENEZES, 2024)

E é nesse cenário que o Consórcio Santa Quitéria quer lavrar a maior jazida em concentrado de urânio da América Latina. O projeto, que tem previsão de duração por 20 anos, busca produzir 1.050.000 toneladas de fosfatados, 220.000 toneladas de fosfato

⁷ Disponível em: [PainelAcademico_Parecer-Tecnico_EIA_PSQ_2022.pdf \(ufc.br\)](#). Acesso em: 18 de outubro de 2024.

bicálcico e 2.300 toneladas de concentrados de urânio anualmente. Para garantir essa produção será necessária a utilização de 855m³ de água por hora, que corresponde a uma média de 89 caminhões-pipa por hora, numa região cujas comunidades recebem, em média, de 4 a 8 caminhões-pipa por mês. Para garantir o abastecimento da mineração, o governo do estado do Ceará se comprometeu com a construção de uma adutora que deverá levar água do Açude Edson Queiroz, localizado há uma média de 13km da sede da cidade de Santa Quitéria, para o complexo mínero-industrial.

Ao longo desses 13 anos de existência, a Articulação Antinuclear vem denunciando as irregularidades, insuficiências e riscos do CSQ. A segunda tentativa de obtenção das licenças ambientais, teve início em 2012, com o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA) entregue em 2014. Em novembro do mesmo ano o Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (TRAMAS-UFC) representando outros núcleos de pesquisa de universidades, associações comunitárias, movimentos sociais, ativistas ambientalistas e entidades da sociedade civil entregou uma Representação⁸ ao Ministério Público Federal (MPF) com análises do EIA/RIMA e visibilizando as insuficiências e irregularidades de parte considerável das informações apresentadas, solicitando ao órgão que o EIA/RIMA fosse refeito.

Naquele mesmo mês houve audiências públicas nas cidades de Santa Quitéria, Itaitira e Lagoa do Mato, conforme prevê o rito de licenciamento ambiental na Política Nacional de Meio Ambiente e nas resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). As audiências contaram com a importante participação das populações locais e dentre algumas das nossas incidências, destaco o diálogo com a juventude de Santa Quitéria e intervenções com música na praça da igreja matriz, convidando as pessoas a participarem das audiências.

Nessa época, já finalizada a graduação em Serviço Social, integrávamos a AACE na condição de assistente social, mas principalmente como militante. Construímos uma campanha com o Coletivo Flor de Urucum – Assessoria em Direitos Humanos, Comunicação e Justiça chamada “Ibama não Licencie!”. Durante aquele ano de 2016 essa campanha mobilizou diversas iniciativas⁹ e em 2019 o Ibama emitiu parecer contrário ao CSQ, afirmando a sua inviabilidade ambiental, mas principalmente hídrica.

Porém, no ano seguinte, auge da pandemia da Covid-19, no contexto de flexibilização das legislações ambientais e minerárias do governo Bolsonaro, o CSQ voltou a requerer

⁸ Disponível em: [Representação Santa Quitéria.docx \(ufc.br\)](#) Acesso em: 18 de outubro de 2024.

⁹ Aqui os links para a produção audiovisual da campanha. Disponível em: tesouro de Itaitira – Capítulo 1 – Quem somos - https://www.youtube.com/watch?v=GX5AXCp88O4&ab_channel=ColetivoUrucum. O tesouro de Itaitira – Capítulo 2 - O que temos - https://www.youtube.com/watch?v=VRufdZY1QCA&t=23s&ab_channel=ColetivoUrucum O tesouro de Itaitira – Capítulo 3 - O que faremos - https://www.youtube.com/watch?v=3CRj4pRh8Zg&t=120s&ab_channel=ColetivoUrucum

novamente as licenças. Entregaram novo EIA/RIMA em 2021 e em 2022 a equipe técnica do Ibama emite novo parecer que recusa novamente as licenças ambientais. Porém, por uma decisão política da direção da instituição, solicitam documentos complementares ao Consórcio.

A AACE passou a se organizar em comissões de comunicação, articulação e mobilização política e de construção compartilhada de conhecimento e, em 2020, se aproxima dos povos indígenas e comunidades tradicionais que estão na rota do risco da mineração. Criamos um Grupo de Trabalho sobre a Consulta Livre, Prévia e Informada, que ainda em 2020 iniciou diálogos online sobre a Convenção 169 da OIT e sobre esse direito do qual o Brasil é signatário. Entre o ano de 2021 e 2022 contribuímos numa pesquisa sobre saúde indígena junto à Fiocruz Ceará¹⁰, o que nos fez aproximar mais da Terra Indígena Serra das Matas. O EIA/RIMA não identificava nem as comunidades camponesas e assentamentos mais próximos à jazida, quiçá as aldeias indígenas que também estão na área de influência do Consórcio.

Durante as audiências ocorridas no mês de junho de 2022 os povos indígenas, quilombolas, povos de terreiros se fizeram presentes, denunciando a invisibilidade no EIA/RIMA, das suas existências. Também neste período a AACE entregou um Parecer Técnico visibilizando outras novas insuficiências e violações de direitos humanos presentes no estudo e no relatório. Em 2023 o Movimento Indígena Potigatapuia começou a construção do seu Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada.

Acompanhamos a AACE nestes 13 anos de resistência e luta contra a mineração de urânio e fosfato. Ora na contribuição com pesquisas e produção de documentos técnicos e de comunicação buscando garantir o direito de saber, ora na mobilização popular, na articulação com movimentos sociais, na formação política, na assessoria contribuindo com a elaboração de projetos e acompanhando a sua execução.

Esse cenário das diversas expressões da questão ambiental, a exemplo das mudanças climáticas e dos desastres-crimes decorrentes dessa fase de acumulação capitalista, tendem a demandar cada vez mais o trabalho de assistentes sociais. Nesse caminho, o Serviço Social vem ampliando, ainda que timidamente, pesquisas relacionadas a essa problemática, a exemplo do GTP da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) sobre questões agrária, urbana e ambiental.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) também já vem há alguns anos visibilizando a importância de a profissão se aproximar dos debates sobre a questão ambiental

¹⁰ Produtos da pesquisa disponível em: [Frutos de pesquisa-ação focam no fortalecimento da saúde indígena no sertão cearense - SERPOVOS - Saúde, Cuidado e Ecologia de Saberes \(fiocruz.br\)](https://www.fiocruz.br/serpovos/producao-de-conhecimento). Acesso em 18 de outubro de 2024.

articulação a formação e o trabalho profissional para responder às suas expressões. Através do CFESS Manifesta sobre o trabalho de assistentes sociais no contexto de desastres, mas também sobre segurança e soberania alimentar e sobre a questão ambiental, percebe-se uma atenção crescente à temática. Mais recentemente, a Carta do 51º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, assim como o tema e a conferência de abertura do encontro, fazem referência aos escritos de Krenak (2020) – “O amanhã não está à venda”. Esse encontro também deliberou como tema do 15 de maio de 2025, temática também relacionada aos biomas, os povos e a justiça ambiental.

Considerações Finais

As reflexões ora apresentadas buscam visibilizar as formas de apropriação do capital com destaque as expropriações contemporâneas e a exploração ilimitada dos povos e da natureza. Nesse contexto encontramos o Consórcio Santa Quitéria que busca minerar urânio e fosfato no sertão cearense com o apoio dos governos estadual e federal, imersos nas persistentes necessidades de matéria prima do imperialismo dos países de economia central.

O CSQ apresenta uma série de riscos e violações que ao longo de 13 anos, através da Articulação Antinuclear do Ceará vem sendo possível visibilizá-las e com incidências políticas e jurídicas construídas coletivamente por movimentos sociais, comunidades e pesquisadores (as) de universidades públicas, vem sendo possível barrar esse megaprojeto mineiro-industrial.

Também buscamos demarcar a base de compreensão sobre a questão ambiental numa perspectiva crítica, assim como, a partir da ontologia do ser social evidenciar a forma diferenciada de troca com a natureza realizada por povos indígenas e comunidades tradicionais.

Por fim, há de reconhecermos que esse quadro expõe para o Serviço Social a necessidade de aproximação a partir da formação e do trabalho profissional dessas expressões da questão ambiental, com diversas possibilidades de interlocução e incidências, conforme mostramos, particularmente a partir da articulação com os movimentos sociais.

Referências

BORDA, Orlando Fals. Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A Pesquisa Participante e a Participação na Pesquisa: Um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo R. (Org.). Pesquisa participante: a partilha do saber. Aparecida, São Paulo: Idéias & Letras, 2006.

CARITAS Diocesana de Sobral. No Ceará a Peleja da Vida Contra o Urânio. 2013

CORNWALL. Padre Ricardo. Amargor: O teste nuclear atmosférico clandestino sobre o Sertão Central, 06 de agosto de 1957. Tipografia Iris, Fortaleza: 2013.

DESCHA. Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente. Relatório da Missão Caetité: Violações de Direitos Humanos no Ciclo Nuclear. Plataforma Descha Brasil. Curitiba. 2011.

FOLADORI, Guillermo. A questão ambiental em Marx. Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, v.1, n.4, 1997, p.140-161. FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. IN: BOSCHETTI, I. (org.). Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018.

_____.O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010. FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx: materialismo e natureza. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2005. GALAFASSI, Guido. La predación de la naturaleza y el territorio como acumulación. Revista de debate y crítica marxista, no 42, Bs. As., octubre de 2009.

_____. Entre viejos y nuevos cercamientos. La acumulación originaria y las políticas de extracción de recursos y ocupación del territorio. Theomai 26. segundo semestre de 2012. Universidad Nacional de Quilmes – CONICET. GALEANO, Eduardo. O Império do Consumo. Carta Maior, 2010.

HARVEY, David. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011. _____. O Novo Imperialismo. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

Krenak, Ailton - **2020** - O amanhã não está a venda.

LESSA, Sérgio. Lukács: o método e seu fundamento ontológico. IN: MONTAÑO, C; BASTOS, R.I. (Orgs.). Conhecimento e Sociedade. Ensaios marxistas. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

MARX, Karl. A miséria da filosofia. São Paulo: Global, 1985. _____. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. CAP XXIV. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1996. _____. Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto da madeira. São Paulo: Boitempo, 2017, 150p.

OVIEDO, A.F.P; LIMA, W.P; SOUSA, F.S. As pressões ambientais nos territórios quilombolas no Brasil. Brasília (DF):Instituto Socioambiental (ISA). Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), 2024.

SANTANA, Iara Vanessa Fraga de. Águas que findam, ventos que pesam: expropriações contemporâneas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Ceará / Iara Vanessa Fraga de Santana. - 2023.

SILVA, Maria das Graças e. Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.

Notas

Lara Vanessa Fraga de Santana *

Doutora em Serviço Social. Professora Titular da Universidade Estadual do Ceará (UECE) Universidade Estadual do Ceará (UECE). Tem estudos vinculados à questão agrária, ambiental, conflitos socioterritoriais, questão étnico racial e movimentos sociais.

Endereço de e-mail: lara.santana@uece.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3718-2739>

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM:

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES:

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Revista Goitacá os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal Fluminense. Publicação no Portal de Periódicos UFF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Ana Claudia de Jesus Barreto e Juliana Desiderio Lobo Prudencio.

HISTÓRICO

Recebido em: 21-10-2024 – Aprovado em: 01-12-2024 – Publicado em: 29-12-2024.